



ATA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Paroquial da Freguesia de Selho São Jorge, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ORDEM DO DIA -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO-----

1 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - CONCURSO PÚBLICO N.º 6/22 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

2 - ANÁLISE DO RELATÓRIO N.º 16/2022 - AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS AOS CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL NO ÂMBITO DO REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA EXCECIONAL (COVID-19). -----

ASSEMBLEIA -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2022.-----

4 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2022.-----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

5 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA.-----

CÂMARA -----

6 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----

REGULAMENTOS-----

- 7 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA. ----**
URBANISMO -----
- 8 - VIA DE LIGAÇÃO DA CIDADE DESPORTIVA À RUA DO REBOTO -**
RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO.-----
- 9 - ARU DO CENTRO HISTÓRICO INTRAMUROS E ÁREAS ADJACENTES. -----**
ATIVIDADES ECONÓMICAS-----
- 10 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE**
BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 22 DE ABRIL DE
2020 COM A EMPRESA ORTHOS XXI, UNIPessoal, LDA. -----
DIVERSOS -----
- 11 - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE**
€19.000.000 – ALTERAÇÃO À MINUTA DO CONTRATO.-----
CONTRATAÇÃO SERVIÇOS-----
- 12 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS**
PROPANO A GRANEL PARA AS EB 2,3 - REPARTIÇÃO DE
ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS - AJUSTE DIRETO N.º 47/22.----
- 13 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS**
NATURAL - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS -
AJUSTE DIRETO N.º 51/22. -----
- 14 - LOCAÇÃO DE UM VEÍCULO ELÉTRICO - REPARTIÇÃO DE**
ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS - CONSULTA PRÉVIA N.º 49/22.
ENTIDADES PARTICIPADAS-----
- 15 - VITRUS AMBIENTE EM SA - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO –**
RATIFICAÇÃO.-----
PATRIMÓNIO -----
- 16 - COMODATO – DEPÓSITO DE ÁGUA E TERRENO ADJACENTE, BRITEIROS**
SANTA LEOCÁDIA. -----
- 17 - COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS – AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO**



- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.-----**
- OBRAS PÚBLICAS -----
- 18 - OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO INVESTIMENTO RE-C02-101 — PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO — AVISO DE PUBLICITAÇÃO N.2 01/C02101/2021 – ESCLARECIMENTOS – RATIFICAÇÃO.-----**
- 19 - REFUNACIONALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA TORRE DA ALFANDEGA - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.-----**
- 20 - CONSERVAÇÃO CORRENTE DO PAVIMENTO DAS VIAS DO CONCELHO DE GUIMARÃES - 2022/2023 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----**
- 21 - REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO CEMITÉRIO, RUA DA EIRINHA E VIA DE ACESSO À AUTO-ESTRADA - SERZEDELO - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E ATUALIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RATIFICAÇÃO.-----**
- 22 - REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DA VILA DAS TAIPAS - PRORROGAÇÃO DE PRAZO, REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, ATUALIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E TRABALHOS COMPLEMENTARES – RATIFICAÇÃO.-----**
- 23 - CENTRO DE SAÚDE DE MOREIRA DE CÓNEGOS - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E ATUALIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RATIFICAÇÃO.-----**
- EDUCAÇÃO -----
- 24 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUIMARÃES PARA O QUADRIÉNIO 2021/2025 – ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 27 DE JANEIRO DE 2022, SANCIONADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SESSÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022. -----**

- 25 - CELEBRAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS. -----
CULTURA-----**
- 26 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO – APOIOS FINANCEIROS PARA AS FESTAS QUE SE REALIZAM NO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2022. -----**
- 27 - SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO IMPACTA - 2º SEMESTRE DE 2022.-----**
- 28 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO – APOIOS FINANCEIROS COMPLEMENTARES PARA FESTAS REALIZADAS EM 2022. -----
DESPORTO-----**
- 29 - GUIMAGYM - CLUBE DE GINÁSTICA DE GUIMARÃES – REVOGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----**
- 30 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DE NESPEREIRA – ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----
FREGUESIAS-----**
- 31 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – SEGUNDA ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----**
- 32 - FREGUESIA DE BARCO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO. ----**
- 33 - JUNTA DE FREGUESIA DE MESÃO FRIO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO. -----**
- 34 - FREGUESIA DE POLVOREIRA - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 3/12/2020 - PARQUE DESPORTIVO DA VALINHA. -----**
- 35 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO - ANO DE 2022 – ALTERAÇÃO DO MAPA ANEXO ÀS DELIBERAÇÕES DE 21 DE ABRIL DE 2022. -----**
- 36 - FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL - ATRIBUIÇÃO DE APOIO - ANO DE 2022 – ALTERAÇÃO DO MAPA ANEXO À**



DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----

37 - FREGUESIA DE SERZEDELO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÃO DE APOIO - ANO DE 2022 – ALTERAÇÃO DO MAPA ANEXO À DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----

38 - FREGUESIA DE BARCO - APOIO FINANCEIRO PARA A INSTALAÇÃO DE UM NOVO RELVADO SINTÉTICO NO CAMPO DE JOGOS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.-----

39 - FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO - APOIO FINANCEIRO PARA REVITALIZAÇÃO DO CAMPO DE JOGOS COM INSTALAÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO, MURO DE SUPORTE E VEDAÇÃO DO ESPAÇO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.-----

40 - FREGUESIA DE PONTE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO PARQUE INCLUSIVO (ZONA INDUSTRIAL DE PONTE).-----

41 - APOIO ÀS FREGUESIAS PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS PARQUES INFANTIS PÚBLICOS.-----

42 - FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO EDIFÍCIO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA – DELIBERAÇÃO DE 21/04/2022 – CORREÇÃO DO DOCUMENTO DE CABIMENTO.-----

43 - FREGUESIA DE NESPEREIRA - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL + VIDA.-----

44 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL RAÍZES.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA-----

45 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.-----

Pelas **vinte e uma horas e quinze minutos** foi declarada **ABERTA A SESSÃO.**

Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos: **(PS)** - José João Torrinha Martins Bastos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Maria da Conceição da Cunha e Castro, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Jorge Manuel Costa Nunes, Elsa Cristina Silva Ribeiro, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, David José Gonçalves Faria, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Elvira Matos da Silva Fertuzinhos, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, Pedro Manuel da Silva Mendes, Márcio Rafael da Silva Ferreira, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva e José de Castro Dias; **(PSD)** – Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Emídio Guerreiro, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Carlos Jorge Caneja Amorim, Ana Margarida da Costa Teixeira, Tiago Vieira Laranjeiro, Ana Sofia Teixeira, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Rui Armindo da Costa Freitas Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, José Pedro Ribeiro Salazar e Isabel Cristina Gonçalves Gomes de Sousa; **(CDS-PP)** - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Paulo Miguel Lima Peixoto e João Paulo Serra Salazar; **(CDU)** - Inês Alves Rodrigues, João Martins da Cunha e Nuno Ricardo Teixeira de Carvalho; **(CH)** - André Filipe Mendes de Castro Almeida; **(BE)** – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; **(IL)** – Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, José Inácio da Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas) – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Vitor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP,



António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, António Gonçalves Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Mesão Frio) – PS, António Brás Mendes Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS, Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS, António Alberto da Costa Martins – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS, António José da Silva Ribeiro – PSD, Nélson Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS, Luís António da Silva Costa Abreu – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. -----

Ausências inferiores a trinta dias: Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, César Manuel de Castro Machado, Augusto Rafael Capela Duarte, Vasco Manuel Azevedo Marques, André Guimarães Coelho Lima, André Filipe Castro e Sousa Casalta, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Susana Manuela Marques Araújo, Daniel André de Sousa Rodrigues, José Manuel

Torcato Ribeiro, Célia Maria Abreu Magalhães, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, Catarina de Freitas Marques, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, José Pereira da Silva e Sérgio Alberto Castro da Rocha.-----

Faltaram os seguintes membros: Hugo Maciel Tavares de Freitas e Maria José Teixeira Martins. -----

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Adelina Paula Mendes Pinto, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

- Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo, para conhecimento, informação prestada pelo Gabinete Jurídico sobre o modo de pagamento das senhas de presença aos membros da Assembleia Municipal;

- Do ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português acusando a receção da Moção enviada pela Assembleia Municipal de Guimarães, intitulada “Pela Defesa dos CTT”; - Do ofício do Gabinete do Primeiro-Ministro acusando a receção da Moção enviada pela Assembleia Municipal de Guimarães, intitulada “Pela Defesa dos CTT”; - Do ofício da Associação Nacional das Assembleias Municipais remetendo o *link* de acesso para audição das declarações proferidas pelo Professor Doutor Fernando Regateiro, sobre a Medicina Genómica; - Do convite das Irmandades de S. Gualter e Venerável Ordem Terceira de São Francisco para participar na Eucaristia Dominical e Procissão em Honra de S. Gualter, que se realizaram no dia 7 de agosto de 2022; - Do ofício da Casa Civil do Presidente da República acusando a receção da Moção enviada pela Assembleia Municipal de Guimarães, intitulada “Pela Defesa dos CTT”; - Do ofício do Grupo



Parlamentar do Partido Comunista Português remetendo, para conhecimento, o vídeo da audição que realizaram com a Ministra da Coesão Territorial a respeito da transferência de competências para as autarquias; - Da comunicação do cidadão Pedro Salgado a reportar o abuso de poder e falta de cumprimento de funções pelo IHRU, no que respeita aos prédios da Rua Associação Artística Vimaranesense; - Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo, para conhecimento, o *link* de acesso ao relatório final no âmbito da auditoria do Tribunal de Contas aos contratos celebrados pela Administração Local, no âmbito do Regime de Contratação Pública Excecional (Covid-19); - Do convite da Associação Nacional de Municípios Portugueses para participar no VI Encontro Nacional de Autarcas, realizado no dia 17 de setembro de 2022, em Viseu; - Do convite da Irmandade Nossa Senhora do Carmo da Penha para participar no 129º Peregrinação Anual, realizada no dia 11 de setembro de 2022; - Da declaração, nos termos do art.º 3º da Lei nº 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual, da Vereadora Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, em regime de permanência, sobre a acumulação de funções, em complemento da declaração apresentada em 23 de dezembro de 2021, e que pode ser consultada nos serviços administrativos da Assembleia Municipal; - Do convite da Associação Nacional das Assembleias Municipais para presenciar ao debate, por videoconferência, sobre o novo regime de criação de freguesias.-----

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge**, António José da Silva Ribeiro, que, após cumprimentar todos os presentes, leu, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “É um orgulho para a freguesia de Selho S. Jorge, Vila de Pavidém, receber a 39ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, o que agradeço, desde já, a todos os intervenientes. O Executivo da nossa Junta de

Freguesia identifica-se com os objetivos estratégicos e compromissos do Senhor Presidente da Câmara, os quais abrangem a Educação, Cultura, Ciência e Ecologia. Passo a referir algumas das nossas preocupações e/ou ambições: No campo da Educação, preocupa-nos o estado da Escola EB2,3 e a sua requalificação; Na Cultura, o início do regime de ensino articulado na Academia de Música da Sociedade Musical de Pevidém; Na Ciência, a Academia Tecnológica Digital, várias vezes referida nas intervenções do Senhor Presidente; E, na Ecologia, Pevidém não ter uma mancha florestal de usufruto público. Temos de arranjar um equilíbrio urbanístico entre a indústria e a população. Temos que compensar as chaminés. Sabemos, também, que alargar a malha urbana da cidade, passa por Pevidém. A nossa ambição de criar percurso (s) pedestre de união das duas ecovias a construir nas margens dos rios Selho e Ave, é uma aspiração legítima e justa, pois apenas pretendemos reparar os erros do passado, que andamos a adiar há anos. Neste percurso, poderemos juntar o património histórico e aproximar a população da parte mais verde da vila de Pevidém, ou seja, unir a nossa cultura, a população e a ecologia. Relativamente ao ARU, área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico da nossa freguesia, é premente começarmos pela requalificação da Rua Albano Martins Coelho Lima. A certeza que temos é que, pelo seu dinamismo, juventude e representatividade como vila âncora nesta região, Pevidém agrega nas áreas do desporto, cultura e economia pessoas de todas as freguesias circundantes do concelho e de fora do concelho. Há um ano atrás quando fomos eleitos, alguns destes objetivos que acabei de realçar eram sonhos, mas tornaram-se ambições, embora tenhamos a noção que não somos a única freguesia do concelho. Muito obrigado". -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----



Emídio Guerreiro, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, começou por lembrar que, em função do atual quadro económico, com a inflação galopante e com o aumento do custo de vida, o Partido Social Democrata teve ocasião de apresentar na Assembleia Municipal, muito recentemente, uma proposta denominada “Vale Escolar”. Disse tratar-se de uma proposta que sugere a atribuição a cada aluno matriculado nas escolas do Concelho de Guimarães de um vale no valor de €20,00, para ajudar no material escolar, que seria descontado no comércio local. Recordou que a proposta não foi acolhida pela maioria socialista porque, segundo o que foi proferido e afirmado, a Câmara Municipal só concede apoio a quem precisa. Embora considerando ser um princípio perfeitamente defensável, disse não corresponder à realidade, porquanto, como é público, o Governo distribuiu manuais escolares e os municípios, e bem, apoiaram com os cadernos de atividades para todos. Acrescentou, também, que o próprio Governo, em função da atual situação económica, concede dinheiro às famílias para fazer face às suas dificuldades, atribuindo €50,00 por cada filho, independentemente da sua condição de recursos, por se estar a viver momentos extraordinários, incertos e difíceis. A propósito de que muitas juntas de freguesia já estavam a ajudar as famílias diretamente nesta questão, disse querer perguntar ao Presidente da Câmara se não queria reconsiderar e recuperar esta medida que consta da proposta, ajudando muito as famílias e dando um sinal político muito importante da parte do Município de Guimarães. Sobre a Unidade de Hemodinâmica, em que havia um compromisso de abertura até ao final do verão, disse querer saber qual o ponto de situação, especialmente, se, com a recente mudança do Ministro da Saúde, há novo prazo para a sua entrada em funcionamento. Falou sobre a recente apresentação pública do projeto da nova Linha Ferroviária de Alta

Velocidade, lamentando que, ao contrário daquilo que se ambicionava para Guimarães, ou seja, que a nova linha de alta velocidade ficasse localizada no triângulo Guimarães/Braga/Famalicão, a estação vá ficar mais a Noroeste de Braga, e, por conseguinte, muito mais afastada de Guimarães, aproveitando para perguntar se a Câmara Municipal confirma o que foi apresentado pelo Governo ou se tem outras soluções, nomeadamente, se está garantida e calendarizada a importância da ligação de Guimarães a esta infraestrutura ferroviária. Concluiu, anunciando que esta era a última sessão a que comparecia enquanto Líder Parlamentar do Partido Social Democrata. Deste modo, disse querer agradecer a compreensão que todos tiveram durante o período de tempo em que exerceu tais funções, bem como, a confiança que em si depositaram os Presidentes da Concelhia do PSD de Guimarães. -----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, usou da palavra em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dizendo que foi um gosto trabalhar com Emídio Guerreiro na liderança da bancada do PSD, desejando-lhe os maiores sucessos para o futuro. -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, do Grupo Parlamentar da IL, começou por salientar o sentimento de tristeza que o preenche quando, dia após dia, se torna visível que o problema da abertura da Unidade de Hemodinâmica é apenas uma pequeníssima gota de água no desastre em que se tornou o Serviço Nacional de Saúde, o espelho do nosso país. Referiu que o país tem um Serviço Nacional de Saúde moribundo, que todos constatarem a necessidade de uma reestruturação profunda, tem uma escola pública com uma classe de docentes desmotivada, que se vê na necessidade de voltar a recorrer à contratação de professores sem habilitações pedagógicas para o efeito, desprestigiando, assim, a classe e prejudicando a qualidade do ensino, tem uma justiça cada vez mais lenta e burocrática, perdida em labirintos complexos, em que nada se decide, tem uma economia estagnada,



refém da sua imensa dívida, com uma carga fiscal sufocante que inibe qualquer poupança ou investimento, uma economia disfuncional, onde o salário médio é igual à renda de uma casa e o tão propagandeado crescimento é fortemente impulsionado pelo consumo interno, que é sustentado pelo endividamento. Acrescentou que se avizinham tempos difíceis, uma inflação galopante, pressão de subida de taxas de juros, custos energéticos imprevisíveis, um verdadeiro cenário explosivo numa economia, infelizmente, frágil, impreparada e incapaz de lidar com as mais pequenas crises, sendo esta a herança de quem nos governou nos últimos 25 anos. Prosseguiu, referindo que, no momento em que se assiste à frenética discussão da construção do novo aeroporto de Lisboa, evidenciando mais uma vez a cultura centralizadora que tem orientado a gestão do país nas últimas décadas, o Governo, sem grande ênfase ou impacto mediático, apresentou o projeto da nova Linha de Alta Velocidade que ligará Lisboa ao Porto e a Braga. Considerou a modernização da linha férrea nacional um projeto fundamental para assegurar o desenvolvimento económico do país, um grande motor de crescimento económico e um fator preponderante no processo de descentralização, pois o abandono durante vários anos tem hoje fortes repercussões que se refletem na incapacidade de o país crescer e, em particular, no significativo atraso no interior do país. Neste âmbito, disse não estar ainda claro de que forma Guimarães ficará enquadrada em todo este processo, sendo certo que erros ou atrasos na ligação da cidade a esta via de comunicação, condicionarão o futuro do Concelho por várias décadas e por várias gerações. Disse, também, que é tempo de direcionarmos o nosso esforço e exercer toda a pressão possível sobre a Tutela, assegurando que o Concelho de Guimarães não ficará esquecido e exigir que se definam, rapidamente, as linhas que nos torne parte integrante deste grandioso

investimento. Sobre a perda de população e o futuro da educação em Guimarães, segundo dados da empresa Pordata, disse ser notória a perda de crianças inscritas no primeiro ciclo nos últimos dez anos, e, mais grave, que a proporção de perda de matriculados em Guimarães, em função da população, está a reduzir a um ritmo muito maior do que o ritmo dos nossos concelhos vizinhos, ou seja, hoje há mais vimaranenses que, residindo em Guimarães, procuram escolas noutros municípios. Concluiu, perguntando à Câmara Municipal quais os fatores que podem ser a causa desta situação. ---

Tiago Vieira Laranjeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A Comissão Especializada de Acompanhamento da Candidatura de Guimarães a Capital Verde realizou há 10 dias a audição ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Com esta audição, completou-se o ciclo de trabalho iniciado na criação desta Comissão Especializada, de auscultação de entidades relevantes para este objetivo. É, portanto, um bom momento para um balanço do trabalho feito. Antes de mais, gostaria de saudar o trabalho realizado, na pessoa do seu atual Presidente, Hugo Teixeira, salientando que se deveu ao seu empenho ter-se conseguido num ano o que não fora alcançado nos três anos anteriores. E gostaria também de saudar Sónia Gonçalo, Membro que se mantém na Comissão desde o início dos trabalhos, salientando assim que foi visível na condução dos trabalhos o empenho de todos os partidos neste desiderato comum: contribuir para um futuro ambientalmente mais sustentável para Guimarães. Nesta intervenção, pretendemos focar três áreas que nos parecem merecer particular atenção, onde seria possível ambicionarmos mais e fazermos melhor para a sustentabilidade ambiental do nosso concelho: a ligação com o tecido económico, a gestão dos resíduos e a mobilidade. Desde o primeiro anúncio de intenção de candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia que a



posição do Partido Social Democrata tem sido de concordância e apoio. Mas desde o início também que o Partido Social Democrata vem alertando para o facto de, aqui, o caminho ser mais importante que a meta. Ou seja, é mais importante a substância do que se alcança em resultados concretos de políticas e mudanças de comportamento do que os títulos que se embandeiraram. E este alerta do PSD ganhou substância nalguns pontos, no acompanhamento do trabalho feito. São várias as áreas em que se proclama mais do que se faz. Um dos exemplos é na economia circular, que se afirma pretender trabalhar em diversas iniciativas. Mas essas iniciativas traduzem-se, na maior parte dos casos, em ações de reforço da reciclagem. Que, sendo parte do processo da economia circular, é-o nos seus níveis mais básicos. Guimarães tem capacidade para almejar mais. Guimarães, pelas características do seu tecido industrial e pela presença da academia, tem capacidade de implementar projetos charneira nesta área. Projetos que liguem o cluster têxtil – conhecida pelo seu pesado fardo ambiental – com a reinvenção dos processos produtivos, com o auxílio da academia e dos poderes públicos. Reutilizando, reduzindo, recusando e reinventando processos e modelos de negócio. Esta deveria ser, aos olhos do PSD, um desiderato verdadeiramente transformador, em Guimarães e com impacto no mundo, digno de um território Capital Verde Europeia. Um desiderato que não passa pelo apoio para que a indústria alcance as certificações ambientais existentes, mas que se lancem novos processos, novos modelos de negócio, capazes de dar novas respostas à indústria e à economia. O mesmo se pode dizer sobre a gestão de resíduos. Aí, a grande inovação é o sistema PAYT. Um sistema que persiste num paradigma antigo, do utilizador-pagador. O utilizador continua a pagar pelos resíduos que gera – e pagará, no final, uma conta superior àquela que pagava no modelo de recolha de

resíduos anterior. Sem que as melhorias dos indicadores de aproveitamento dos resíduos sejam significativas. Aqui também o PSD já afirmou defender outro princípio: que alinhe incentivos e recompense os cidadãos pela redução ou valorização dos seus resíduos. Há casos de Municípios aqui próximos, e da mesma cor política deste executivo, que têm aplicado este paradigma com assinalável sucesso. Uma outra área que nos preocupa é a da mobilidade: um problema reconhecido por todos e com diagnósticos feitos. Todos conhecemos também as dificuldades específicas do nosso território, com vias rodoviárias deficitárias para as necessidades e núcleos populacionais dispersos. O problema é que aqui temos andado a ver o comboio a passar-nos ao lado. A solução tem passado por transporte rodoviário coletivo de passageiros, mas conhecem-se as limitações deste modelo. E o próprio Senhor Presidente da Câmara avançou há uns anos com a solução que pretende implementar: um sistema de transporte rodoviário de passageiros “por marcação” (a pedido), que permita alargar horários e alcance geográfico, complementando e por vezes substituindo a concessão de transportes urbanos rodoviários. Mas esta solução, anunciada na campanha de dois mil e dezassete, nem sequer alcançou substanciação em projeto. A questão que se coloca é como pretendemos ser reconhecidos como município exemplar na área ambiental, se numa questão tão fundamental como a mobilidade não conseguimos desenhar soluções de transportes coletivos alternativas ao automóvel? Da parte do PSD reforçamos o nosso comprometimento com esta questão. Têm sido feitos avanços em diversas áreas, da sensibilização à ligação com a academia, do conhecimento a alguma valorização dos recursos hídricos. Não obstante, longo é o caminho, e estas três áreas que aqui apontamos parecem-nos essenciais para conseguirmos mudar o paradigma de desenvolvimento no nosso concelho.” -----



Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Já no anterior mandato fizemos sessões descentralizadas da Assembleia Municipal, que acabaram por ser interrompidas devido à COVID 19. É um tema sobre o qual sempre houve concordância entre a Presidência da Mesa e os Grupos Parlamentares. Hoje estamos em Selho, São Jorge e, com muito gosto, diga-se. Uma vila com forte pujança no têxtil e que pretende entrar fortemente na digitalização, criando valor e qualidade de vida. Esperemos que o consigam criando uma verdadeira autonomia descentralizada que reduza a dependência do centro administrativo. E é precisamente do tema da descentralização enquadrado com o tema da mobilidade que eu vou abordar. E, não vou falar da rotunda de Silvaes, hoje com um tempo de espera aceitável, que permitiu atempadamente chegar a esta vila. Uma das questões que mereceu a reflexão para a descentralização das sessões foi precisamente o facto de podermos ter mais público e, portanto, uma questão de proximidade. Algo que não é tão evidente quando as sessões são realizadas na sede do concelho. E a questão que se coloca é, porque será? Seguramente que um dos motivos é aquele que agora vou partilhar convosco. Passados oito dias da comemoração da semana europeia da mobilidade, os deputados do CDS quiseram aferir do verdadeiro estado da arte, testar no terreno e, compreender como é que a mobilidade pode enquadrar na proximidade. Então, unanimemente, decidimos deslocar-nos para esta sessão da assembleia em Selho S. Jorge, em transportes públicos. Começamos a pesquisar os horários das linhas disponíveis e chegamos a várias conclusões: 1ª – Das várias linhas disponíveis que passavam por Selho S. Jorge, as últimas viagens eram entre as 19h00m e as 19h30; 2ª – Havia uma viagem em horário noturno que já chegava aqui, depois da sessão da

Assembleia iniciar; 3ª – Estes horários baseavam-se na premissa de que todos estaríamos no centro da cidade. Mas os nossos deputados são distribuídos pelo concelho, desde a Costa a Vermil, cruzando Penselo e Azurém; 4ª – E pior de todas. À hora que acaba a assembleia, não teríamos transporte de regresso às nossas casas. E em abono da verdade, São Jorge de Selho é uma das Vilas e freguesias mais próximas do centro do concelho. Pelo que, vir participar nesta assembleia descentralizada de transporte público, tornar-se-ia impossível. E agora extrapolemos este exemplo para outras situações, como a ida às sessões da Assembleia Municipal, a ida a eventos culturais, etc. Por essas razões, continuamos a afirmar que o nosso território continua bastante assimétrico em matéria de mobilidade e, pior que isso, não vislumbramos que o executivo esteja a tomar medidas para mitigar essas situações. E insistimos com a nossa proposta de que deveria ser política do município estimular os transportes públicos, suportando num período de tempo definido a sua frequência por todos os cidadãos. Estamos certos que, a seu tempo, esta medida será tomada (muito depois de outros a terem feito) e as razões que hoje advogam para reprovarem a proposta do CDS miraculosamente desaparecerá e será, então, uma ideia genial e peregrina da Autarquia ou do PS. Ainda na área da mobilidade, desta vez, a mais suave, o CDS também acompanha as iniciativas que estimulem a sustentabilidade ambiental. Contudo, entendemos que muito há a fazer no que respeita a esta matéria, designadamente, às Trotinetes. Sendo certo que o saber-estar das pessoas é da responsabilidade de cada um, o município tem outras responsabilidades sobre este assunto. Desde logo, pela confusão que foi o aparecimento de trotinetes em algumas freguesias quando os Presidentes de Junta, independentemente da sua filiação partidária, não tinham sequer conhecimento do assunto. Mais uma vez o planeamento ficou na gaveta, ou então a comunicação teve cortes. Depois, pela escolha ou autorização do



espaço de recolha/depósito das referidas trotinetes que, em alguns casos, como na Rua Teixeira de Pascoais, obstrói o passeio a 100% obrigando os transeuntes a circular pela frente da paragem do autocarro, isto é, em plena via pública. Por fim, é necessário e urgente criar mecanismos de monitorização e fiscalização da utilização destes equipamentos, de modo a garantir a prevenção de acidentes e que a sua circulação ou o estacionamento não seja mais um entrave à mobilidade em vez de contribuir para a sua melhoria. Propõe, pois, o CDS que o Executivo melhor monitorize as trotinetes, compreendendo a sua utilidade, percebendo que a moda em diversas cidades europeias já esta em desuso e a preocupação dos cidadãos pelos acidentes é uma realidade. O CDS sabe que é bonito, moderno e nesta altura a Vereadora da área tem de mostrar serviço. Mas Sr. Presidente, Srs. Vereadores, façam com planeamento e segurança”. -----

Inês Alves Rodrigues, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Antes de mais gostaria de saudar o regresso das Assembleias Municipais descentralizadas. Os partidos que compõem a CDU, o PCP e o PEV, acreditam que o melhor e mais profícuo caminho para melhorar as condições de vida do povo, dar resposta aos seus problemas e aspirações, é alargar a sua participação cívica e democrática. Estar perto dos problemas, ouvir as soluções que são propostas, perceber as necessidades das populações é o único caminho da democracia. Hoje aqui em Selho S. Jorge, a CDU quer continuar a dar voz aos que defendem mais centralidade para Pavidém, que defendem os projetos de recuperação de um património industrial riquíssimo, de mais e melhor mobilidade segura e sustentável e de mais serviços públicos de proximidade. Queremos por isso, lembrar a falta de condições do centro de saúde onde as pessoas com menos mobilidade

não conseguem aceder em segurança, onde os doentes tiveram que aguardar à chuva, ao calor, ao frio durante a epidemia porque à falta de espaço no interior, um centro de saúde que não tem lugares de estacionamento. Estas dificuldades não são novas, não apanharam ninguém de surpresa e se a responsabilidade destas questões é do Ministério da Saúde, cabe ao Executivo Camarário chamar a atenção para a necessidade da sua resolução, aspetos há, designadamente de ordenamento de trânsito e de estacionamento, em que a autarquia tem que assumir o seu papel, haja vontade política. Tal como não são novas as dificuldades que a comunidade escolar sente, especialmente os alunos, numa escola degradada com imensas necessidades, com obras prometidas há anos e que nunca se concretizam. Uma escola dos anos 80 que apresenta as debilidades normais da passagem do tempo, mas que foi sempre relegada para segundo plano. Houve um tempo que se ouvia dizer que a Escola EB 2,3 de Pevidém teria direito às suas obras quando estivessem concluídas as obras da Escola EB 2,3 de São Torcato. Hoje a promessa é outra, estas duas escolas terão direito a obras num futuro próximo. Esperemos que seja realmente num futuro próximo para que os alunos não tenham que passar mais um ano letivo em condições desiguais de aprendizagem. As crianças e jovens que frequentam a Escola EB 2,3 de Pevidém também têm direito a estudar em salas de aula confortáveis, sem humidade, a aprender em laboratórios apetrechados com o material indispensável, têm o direito a praticar desporto e a brincar em espaços exteriores seguros e aprazíveis. As crianças e jovens da Escola EB 2,3 de Pevidém têm direito a circular em passeios seguros, para que os seus pais e encarregados de educação sintam segurança e confiem que não serão atropelados como infelizmente já aconteceu. Garantir a segurança rodoviária no exterior das escolas de Guimarães é um imperativo que tem sido ignorado. O incentivo à mobilidade ativa passa essencialmente por se



criarem as condições para que todos possam andar a pé ou em meios suaves em segurança. Ora nesta escola a questão da segurança no exterior simplesmente não existe. Como deixa a desejar as condições em que se encontra o Parque de Lazer do Selho. Estamos a falar de um Parque que não tem acessos, que não tem limpeza, que está ao abandono. E sim, senhor presidente, já sabemos que nos vai dizer que a manutenção dos espaços verdes é da responsabilidade da junta de freguesia, em função de um processo de transferência de competências que deixa muito a desejar, como este parque é exemplo. Por isso, perguntamos se a Câmara sabe das dificuldades sentidas pela junta de freguesia na manutenção do parque, na aquisição de equipamentos de lazer e desportivos, na concretização da ligação entre os dois parques. Lamentamos que os espaços verdes do concelho sejam tratados de forma desigual, porque esse tratamento desigual não beneficia nem as populações que gostariam de usufruir destes espaços nem o ambiente como se apregoa nos grandes anúncios municipais. E por último, perguntar se o Executivo Camarário pretende fazer algo pelos mais velhos, com uma política mais assertiva de envelhecimento ativo, com a construção de um centro cívico ou outro nesta freguesia que seja capaz de responder às necessidades de uma população tão prejudicada nos últimos anos e, sobretudo, votada à solidão.”-----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Parlamentar Municipal do CH, começou por agradecer aos eleitores que votaram no Partido Chega, há cerca de um ano atrás, e que conduziram à sua eleição na Assembleia Municipal, aproveitando para recordar as moções sufragadas e as diversas ideias debatidas, nomeadamente, a criação de uma Unidade de Saúde Familiar na zona da Montanha da Penha. De seguida, dirigiu-se a todos os vimaranenses que foram, direta ou indiretamente, afetados pelos incêndios

florestais, dizendo que algo tem de ser revisto, quer a nível local, quer a nível nacional, com a maior brevidade possível. Deixou uma palavra de força e de esperança a todos aqueles que perderam o seu emprego devido aos constrangimentos que se tem vivido, acrescentando que seguir em frente obriga a uma luta diária. A propósito do episódio de violência que aconteceu no Centro Histórico de Guimarães, provocado por adeptos de um clube de futebol, e lembrando que já havia alertado, por diversas vezes, para a falta de preparação e de realização de eventos desportivos ao nível da segurança, disse lamentar que o Presidente da Câmara tenha apenas vindo a público no dia posterior ao referido episódio e, ainda assim, não assumindo qualquer culpa da sua parte. Prosseguiu, lamentando a falta de civismo dos utilizadores das trotinetes e bicicletas que foram instaladas na cidade e no Concelho, porque atulham passeios e perturbam o trânsito, especialmente dos transportes públicos de passageiros. Transmitiu, ainda neste âmbito, que conduz diariamente uma trotinete elétrica, mas que foi obrigado a assinar um documento, aquando da compra, de que era conhecedor da legislação que teria de cumprir, pelo que considerou ser o seu próprio seguro. Disse querer saber quem fiscaliza os condutores que incumprem as regras de circulação, como utilizar passeios e ultrapassar os 25Km/h, perturbando o trânsito nas saídas e entradas das estradas. Acrescentou que, para além do estacionamento indevido em cima de passeios, como acontece com frequência na rua Arq. Mário Cardoso, o mau comportamento dos utilizadores das bicicletas e trotinetes põe em risco a segurança dos cidadãos invisuais, com mobilidade reduzida, idosos e grávidas, que circulam nos passeios. Relativamente à exploração do Lítio, e depois de ter feito uma leitura superficial do volume III - Relatório de Consulta Pública, da Direção Geral de Energia e Geologia, disse não ter encontrado uma única intervenção, ou pedido de esclarecimento, quer da Câmara Municipal, quer



da Junta de Freguesia da Serzedo e Calvos, pelo que disse querer saber o ponto de situação, de modo a tranquilizar os residentes desta zona do Concelho. Por último, perguntou se Guimarães vai, ou não, beneficiar com a linha de Alta Velocidade. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A crise económica e social mundial traz para a ribalta questões que a todos devem preocupar. A situação política internacional é também objeto das nossas preocupações. A ameaça de recurso a armas nucleares por parte da Rússia impõe posições mais fortes de todo o mundo e de todas as forças políticas quer na condenação quer na aplicação de sanções e medidas globais, tendentes ao fim do conflito. A fuga de milhares de pessoas da Rússia revela que não querem a guerra. Os recentes referendos não podem ser aceites pela comunidade internacional. O Bloco de Esquerda defende a autodeterminação da Ucrânia, como defendeu no passado a autodeterminação de Timor Leste e como defende a autodeterminação do povo sarahai. Bem como, não podemos ficar indiferentes à morte de Amini, uma jovem Iraniana assassinada às mãos da polícia porque teria o véu mal colocado, conduzindo a uma onda de protestos com confrontos com a polícia e a igreja iranianas, que resultaram já na morte de mais de 50 pessoas e que revelam a vontade de mudança do regime no Irão. Expresso aqui, toda a solidariedade com as mulheres iranianas, que tenham a força necessária para tomarem para si o destino das suas vidas. Os resultados eleitorais em Itália devem lembrar a escalada da extrema-direita um pouco por todo o mundo. A luta em afastar do poder a extrema-direita é uma luta que deve ser de todos os que defendem a democracia e a liberdade, em todo o mundo, mas também em Portugal, para que não tenhamos de viver

ou reviver outros tempos da nossa história ainda tão recente. Esperemos que o Brasil, como tudo indica, consiga reverter a configuração política atual, para bem do povo brasileiro e dos valores democráticos que defendemos. Mas foquemo-nos, agora, noutras preocupações. Em Portugal e por todo o mundo temos vindo a assistir aos efeitos da inflação nas nossas vidas. Esta realidade vem de antes da invasão da Rússia à Ucrânia, mas adensou-se com essa realidade. Os preços dos bens de primeira necessidade estão insuportáveis para grande parte da população portuguesa, e há já quem tenha grandes dificuldades em pôr comida em cima da mesa. Essa dificuldade é agravada pelos efeitos que a inflação provoca em tudo o resto, como é o preço do gás, da luz e dos combustíveis. O governo PS, recusa tomar medidas que reduzam esse impacto, optando por deixar que a situação dos portugueses atinja níveis de insustentabilidade como já não vivíamos há mais de uma década. Fá-lo porque não quer, não porque não possa, afinal detém uma maioria parlamentar que permitiria atuar, se assim quisesse. A promessa de que o mercado livre condicionaria o preço dos combustíveis, revelou como sempre defendemos, ter o efeito inverso. O PS não mexe porque não quer. A imposição de um teto máximo para os bens alimentares de primeira necessidade não acontece porque o governo alega não poder intervir naquilo que é o normal funcionamento da lei da oferta e da procura, mentira, fê-lo na pandemia com os equipamentos de proteção individual. Portugal tem dos preços mais altos para a energia elétrica da Europa, quando a situação aperta o governo oferece redução do IVA numa parte tão insignificante da fatura, que o valor que pagamos terá uma redução de 1.50€. Por isso, é incompreensível a posição do Presidente da República relativamente às declarações Christine Lagarde, Presidente do Banco Central Europeu. E em Guimarães, o que está disposto a fazer o executivo municipal, que por sinal reflete a situação nacional: é PS e é



maioria? Apesar das estatísticas apontarem o salário médio em Portugal acima dos mil euros, sabemos que a maioria dos portugueses recebe salário mínimo ou pouco mais, e o governo insiste em não taxar as grandes empresas, nomeadamente do setor alimentar, que tiveram lucros inesperados resultantes de uma crise motivada por uma guerra. Os pedidos às associações que dão apoio a famílias carenciadas não param de crescer e estas não conseguem responder a todos os pedidos. Tudo isto a par com os problemas no SNS em que a mudança de ministro não faz antever uma mudança de política. O que se prevê é a continuação do desinvestimento no SNS e a demissão do governo das suas responsabilidades enquanto garante do Estado Social, em prol de um *superavit* à custa do empobrecimento das pessoas e da falta de resposta. Assim como os problemas do início do ano letivo, em que faltam professores, técnicos e auxiliares. E veja-se bem, em Guimarães, até ao dia de ontem, havia alunos que não tinham um único manual escolar por dificuldades na emissão dos vouchers. As empresas de menor dimensão merecem a nossa preocupação, porque estão também elas a passar por grandes dificuldades, às quais todos os dias se colocam, naturalmente, questões imediatas de sobrevivência. Por isso, Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda propõem que o município, em conjunto com as forças políticas representadas nesta assembleia, dê início rapidamente à elaboração de um plano com medidas que combatam eficazmente as dificuldades já bem visíveis e às que certamente hão-de vir, tanto em apoios às famílias como às empresas em maiores dificuldades”. ----

Pedro Manuel da Silva Mendes, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “É para nós um enorme prazer estar cá hoje e podermos fazer mais uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal, e fazê-lo em Pevidém. No passado

dia 22 de setembro o Vitória Sport Clube fez 100 anos. Escrevi, no dia do aniversário, que o Vitória é muito mais do que um Clube. Vitória é um sentimento. Para os vitorianos é mais do que o clube que apoiamos, uma questão de identidade. Uma identidade que passamos de pai para filho, de geração em geração e que, acima de qualquer resultado desportivo, parece ser cada vez forte. Há em todos nós um sentimento de pertença incomparável, não porque somos melhores que os outros, mas porque somos, efetivamente, diferentes. Somos diferentes não apenas pela paixão que empregamos no estádio, mas, acima de tudo, por aquilo que o Vitória significa para a nossa afirmação identitária. Como podemos verificar, com enorme alegria e emoção, aquando da celebração deste aniversário, Guimarães é Vitória por dentro e por fora, ruas cheias de gente, madrugada fora, o nosso Multiusos cheio para receber as nossas glórias de outras batalhas, uma camisola em cada vitoriano, no trabalho, nas escolas, nos hospitais, enfim, em todo o lado se honrou este sentimento de que vos falo e se deu ao Vitória este festejo digno e como o Vitória merece. Parafraseando Chico Buarque “foi bonita a festa, pá”. Mas, caras e caros deputados, o Vitória mais não é do que a cara de Guimarães e das suas gentes. Esta paixão que empregamos para o nosso clube, empregámo-la, também, no nosso dia-a-dia em sociedade, nas nossas festas da cidade, nas aldeias e nas vilas, nos movimentos associativos cultivamos com grande fervor e em tudo o que puxe pelo sentimento vimaranense. Quem não se lembra do fervilhar desta cidade aquando da Capital Europeia da Cultura 2012, o orgulho que escorria da cara das nossas gentes por vermos a nossa cidade e o nosso Concelho empenhados em cumprir um sonho de um futuro tão grande que levou o nome de Guimarães aos quatro cantos da Europa e do Mundo. Que orgulho é ser vimaranense! Como não podia deixar de ser, dou aqui, em nome da bancada do Partido Socialista da Assembleia



Municipal de Guimarães, os parabéns ao Vitória Sport Clube, desejando que continue a orgulhar esta cidade e as suas gentes, como tem orgulhado ao longo destes seus 100 anos de história. Mas, se me permitem, termino num tom mais pessoal. Comecei a ir ao estádio ao colo do meu pai, da mesma forma que os meus filhos começaram a ir ao estádio ao meu colo. O Vitória é uma parte muito importante da minha vida e da minha história, porque o Vitória somos nós! É a nossa gente! Gente tão grande e com tanta força, que um dia fundou um país. É gente que nos momentos mais difíceis se ergue e faz das fraquezas forças. É gente que não se verga e gente que nunca vai deixar morrer este enorme sentimento que é o Vitória. Viva o Vitória! Viva Guimarães!” -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, informou que o projeto para alojamento da Academia de Transformação Digital, a instalar na antiga fábrica do Alto, acolherá, entre outros, o Projeto Colaborativo DTx, da Universidade do Minho. Informou, também, que, após concluída a requalificação da EB2,3 de S. Torcato, a Câmara Municipal tem como prioridade dar início à reabilitação da EB2,3 de Pevidém, que considerou necessitar de melhoramentos, considerando os mais de 30 anos de existência, para além de se prever outras valências que o mundo contemporâneo determina. Prosseguiu, esclarecendo que os apoios que a Câmara Municipal concede não tem meças com outros municípios vizinhos ou não vizinhos, reiterando que se há políticas em que Guimarães está no topo é nas da área social de apoio às famílias e às pessoas, às IPSS e no âmbito escolar. Reiterou não estar de acordo com o apoio indiscriminado a todas as famílias, independentemente da sua condição económico-financeira. Depois, recordando ter acompanhado os três médicos de Cardiologia no pedido de apoio às

empresas de Guimarães para criar a Unidade de Hemodinâmica, disse sentir-se desconfortado com o atraso da entrada em funcionamento deste equipamento, que tanta falta faz ao Hospital Nossa Senhora da Oliveira. Explicou, ainda sobre este tema, que a Doutora Marta Temido, que já não se encontra em funções, havia prometido que esta Unidade de Hemodinâmica entraria em funcionamento até ao final do verão. Por essa razão, disse já ter estabelecido contacto com o novo Ministro da Saúde, tendo-lhe sido prometido uma reunião, dentro de dias, para, não só para dar a conhecer a sua decisão sobre este assunto, mas, também, para abordar a política de saúde no Concelho de Guimarães. Sobre o projeto da nova Linha Ferroviária de Alta Velocidade, lembrou que o Governo apresentou, no dia de ontem, o projeto de ligação por alta velocidade entre Porto-Lisboa, mas sem o projeto de ligação entre Porto-Vigo. Ainda assim, acrescentou que a futura estação de Alta Velocidade, no que respeita à área de Guimarães, Braga e Famalicão, está condicionada a ficar mais a litoral por estar prevista uma estação no aeroporto Francisco Sá Carneiro. Acrescentou que o importante para Guimarães é a ligação por eixo ferroviário à futura estação de Alta Velocidade. Acrescentou, por último, que a referida ligação à futura estação de Alta Velocidade não é uma tarefa fácil, pelo que apelou ao envolvimento de todos os partidos políticos e Deputados da Assembleia da República, Órgão que aprova o Plano Ferroviário Nacional. Prosseguiu, reiterando que a pandemia e a guerra na Ucrânia estão a exaurir os municípios e que a própria descentralização de competências, que está a ser debatida no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses, ou é bem defendida do ponto de vista das transferências financeiras, ou os municípios vão começar a ter imensas dificuldades para cumprir os seus objetivos e obrigações. Referiu que a Câmara Municipal tem mantido uma preocupação especial na transição para uma economia circular, e que, por isso, foi



distinguida, mais uma vez, de entre 100 candidaturas de vários países, como uma das cidades piloto para projetar, implementar e dimensionar soluções sistémicas circulares, nomeadamente na área de gestão de resíduos. Comunicou que o serviço de transporte de passageiros flexível do Concelho de Guimarães, por empresa municipal, está a ser trabalhado. Por fim, lembrou que a entrada em funcionamento da nova Concessão de Transportes Públicos de Passageiros de Guimarães tem novas linhas e novas frequências e tem cerca de 50% viaturas descarbonizadas.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Emídio Guerreiro, André Filipe Mendes de Castro Almeida, Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, Inês Alves Rodrigues, Paulo Miguel Lima Peixoto e Tiago Vieira Laranjeiro. -----

----- **PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO**-----

----- **INTERVENÇÕES**-----

João Carlos Dias Machado, cidadão residente na freguesia de Serzedelo, começou por salientar a importância do setor têxtil para a economia do Concelho e da Vila de Pevidém. Salientou, também, que para uma maior competitividade das empresas é necessário proceder a melhorias, designadamente, nas vias de comunicação que lhes são próximas. Pelo exposto, lamentou as más condições em que se encontra a EN 310, via que dá acesso à autoestrada através das localidades abrangidas por Serzedelo, Gondar e Pevidém, alegando que não possibilita a passagem de dois camiões em simultâneo em muitas zonas do seu troço, carece de passeios para peões, tem falta de caixas de escoamento de água pluviais, tem árvores que devem ser aparadas e garagens e terrenos junto à estrada que ficam inundados. Concluiu, perguntando se existe alguma proposta para a sua requalificação ou, pelo menos, para o seu melhoramento. -----

Maria da Glória da Silva Amorim, cidadã residente na freguesia de Urgezes, disse querer intervir sobre o processo que teve como origem o requerimento que apresentou na Câmara Municipal de Guimarães, datado de 19 de março de 2019, onde solicitava que fosse investigada a legalidade das obras de ampliação que decorriam, sem o devido licenciamento, na rua António da Costa Guimarães, Travessa B, nºs 1321, 1327, 1329 e 1331, da Freguesia de Urgezes. Acrescentou que estas obras, edificadas junto ao muro da sua residência, lhe causam problemas devido aos maus cheiros que emanam das condutas instaladas e das chaminés que foram deslocadas e alteadas. Por último, fez um pequeno resumo do modo como o processo de fiscalização decorreu até à presente data, tendo apelado à resolução definitiva deste processo, que tanto a importuna no seu dia-a-dia, entregando na Mesa da Assembleia um conjunto de documentos que fazem parte do processo administrativo da Câmara Municipal. -----

Carlos Manuel Leite Oliveira, cidadão residente na Freguesia de Selho S. Jorge, começou por lembrar que, no passado, Pevidém era sinónimo de grandeza industrial, cultural, social, etc., etc., e hoje está mergulhado num sono profundo, que ainda ninguém teve a ousadia de acordar e potenciar. Considerou que, urbanisticamente, Pevidém é uma Vila desorganizada, degradada, que necessita de reabilitação urgente e que é refém de um mau planeamento urbano. Acrescentou que apresenta diversas assimetrias urbanísticas, porquanto coabitam no mesmo espaço, indústria, habitação e zonas verdes, tratando-se de uma mistura preocupante e castradora de qualquer tentativa de desenvolvimento sustentado. Salientou a necessidade de dinamizar o espaço público, através da criação de novas formas de apropriação e de uso, para cativar e motivar as pessoas. Relativamente à habitação, salientou a necessidade de recuperar e preservar tudo aquilo que realmente interessa, demolir tudo aquilo que já não serve o seu propósito e



promover novos polos habitacionais, organizados mediante a reformação das vias existentes e da criação de novos traçados. Considerou importante o desenvolvimento do setor público e privado, defendendo que determinados proprietários deveriam libertar terrenos e edifícios estratégicos e fundamentais para o desenvolvimento. Considerou igualmente importante cativar e fixar os jovens e as famílias, criando habitação adequada a todas as camadas sociais, oferecendo qualidade nos espaços públicos, nos serviços e no comércio, invertendo o ciclo da perda de população para outras freguesias. Recordou que a Câmara Municipal de Guimarães, em 2019, lançou um plano estratégico denominado “ORU – Operação de Reabilitação Urbana”, um plano com enorme potencial que, para si, a ser concretizado, resolveria grande parte dos problemas atrás referidos. Por fim, solicitou a todos os presentes que olhem para Pevidém e desafiou todos os habitantes de Pevidém a não desistirem de lutar pelos interesses da sua terra. -----

Herculano Alberto Ferreira Fernandes, cidadão residente na Freguesia de Selho S. Jorge, em nome da Associação de Pais, começou por perguntar para quando as prometidas obras da Escola EB2,3 de Pevidém. Lembrou que a EB2,3 de Pevidém foi inaugurada em 1982 e que, por isso, comemora 40 anos de existência, nunca tendo sido intervencionada ao nível das suas infraestruturas. Informou que há infiltrações de água, especialmente no bloco C, as vedações encontram-se danificadas e as escadas que ligam a entrada à cantina estão com imensas falhas e quebras no betão, o que deixa a descoberto o ferro da estrutura que as sustenta, colocando em causa a segurança de toda a comunidade escolar. Reiterou a urgência da instalação de lombas redutoras de velocidade na via junto à escola, de modo a evitar atropelamentos de alunos, como aconteceu, uma vez que os alunos chegam à escola cerca de 50 minutos antes a sua abertura. Concluiu, apelando a que

as situações referidas sejam sanadas o mais rapidamente possível. -----

Jorge Olímpio Castro Rodrigues Pereira, cidadão residente na Freguesia de Prazins Santo Tirso e Corvite, disse querer intervir sobre a inexistência de um único lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida na Unidade de Saúde Familiar de Pevidém, o que lamentou, referindo que qualquer idoso ou portador de deficiência tem de deixar o carro estacionado nas imediações da Igreja e fazer o percurso a pé até ao Centro de Saúde. Recordou, a propósito, o que lhe havia sucedido quando, em pleno período de pandemia, teve que transportar a sua mãe, de 85 anos, a este Centro de Saúde, tendo sido obrigado a retirar a viatura do estacionamento que lá existe. Proseguiu, dando nota de ter registo de uma patente, onde demonstra ser possível reduzir em cerca de 80% as mortes e os feridos graves nas estradas. Finalizou, referindo um estudo que foi elaborado por especialistas, que aborda os problemas causados pelas lombas, especialmente, nas viaturas, e que só são detetáveis aquando da vistoria, como o desgaste de pneus e travões e o desequilíbrio da direção. -----

Cristina Maria Faria de Araújo, cidadã residente na Freguesia de Oliveira, São Paio e São Sebastião, anunciou ser Presidente da Associação de Comércio Tradicional de Guimarães (ACTG) e que, por isso, usará da palavra em representação dos comerciantes. Sendo pública a decisão da Câmara Municipal de Guimarães em cortar o trânsito em toda a zona norte da cidade, Alameda de S. Dâmaso, Largo do Toural, Rua de Santo António e todo o Centro Histórico, referiu que uma decisão desta natureza, sem estabelecer todas as condições necessárias, nomeadamente, de estacionamento, pode levar ao fecho dos estabelecimentos de comércio tradicional, sendo, por isso, prematuro tomar uma decisão como esta. Lembrou que noutras cidades onde foram fechadas as ruas ao trânsito sem criar as devidas condições de estacionamento, o comércio tradicional



“morreu”. Finalizou, solicitando à Mesa da Assembleia autorização para entregar a todos os presentes cópia do comunicado que a ACTG elaborou sobre o assunto, apelando a que não deixem morrer o Comércio Tradicional da Cidade de Guimarães. -----

O pedido de distribuição de cópia do comunicado foi aceite pela Mesa da Assembleia e entregue a todos os presentes pelos respetivos serviços de apoio. -----

Terminadas as intervenções, usaram da palavra os seguintes representantes dos Grupos Parlamentares: -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, em nome do Grupo Parlamentar da IL, reconhecendo que as intervenções são, essencialmente, do âmbito da Câmara Municipal e mais direcionadas para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não deixou de se regozijar por ter havido seis inscrições no Período Destinado ao Público. Disse que a última intervenção, relativa ao comércio local, foi a que mais o sensibilizou, informando que fará uma intervenção sobre o tema ainda no decorrer da Sessão. Concluiu, dizendo que fará o acompanhamento necessário sobre todas as matérias que foram abordadas e que todos podem contar com a Iniciativa Liberal para o que for preciso. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar do BE, começou por referir que o Bloco de Esquerda não poderá responder a uma grande parte dos assuntos abordados nas intervenções porque requerem alguma pesquisa e até consulta junto dos serviços da Câmara Municipal. Anunciou, sobre as vias de comunicação, que o Bloco de Esquerda defende que haja uma qualificação da rede viária capaz de responder aos problemas de tráfego. Sobre a questão do corte de trânsito no Centro Histórico, embora compreendendo a preocupação dos seus

comerciantes, reiterou que o Bloco de Esquerda defende esta medida, considerando que, como já aconteceu com outras cidades, contribuirá para a dinamização do próprio comércio. -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, em nome do Grupo Parlamentar do CH, agradeceu a todos os cidadãos por exporem os seus problemas e, sendo um Grupo Parlamentar constituído apenas por um elemento, disse que se iria inteirar de algumas dessas questões e que fará chegar a respetiva resposta a cada um dos intervenientes. Por último, anunciou que o Chega é a favor da retirada do trânsito no Centro Histórico desde que sejam asseguradas algumas condições, nomeadamente, a auscultação de diversas entidades conhecedores do tema, o que exigirá ao Partido Socialista.-----

Inês Alves Rodrigues, em nome do Grupo Parlamentar da CDU, começou por agradecer a participação de todos os cidadãos intervenientes e referindo que estas demonstraram o valor das sessões da Assembleia Municipal descentralizadas. Disse estar solidária com as preocupações demonstradas, nomeadamente, o estado em que se encontra a EN 310, a falta de estacionamento no Centro de Saúde de Pevidém e a demora na resolução do problema trazido por Maria da Glória da Silva Amorim. Por último, disse estar solidária com o receio demonstrado pelos comerciantes do Centro Histórico, defendendo que deve ser auscultada a Associação dos Comerciantes Tradicionais de Guimarães, antes de qualquer tomada de decisão. -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, começou por agradecer as intervenções do público e disse que estas classificam a política de proximidade. Acerca da EN 310, disse ser conhecedor da importância da indústria têxtil e das zonas envolventes, referindo que o CDS tem vindo a intervir, muito ativamente, neste assunto, lembrando a intervenção que proferiu há pouco sobre as questões da



mobilidade. Sobre o assunto levantado por Maria da Glória da Silva Amorim, anunciou desconhecer o processo, apelando à Câmara Municipal pragmatismo na sua resolução. Referiu que o CDS é totalmente a favor do desenvolvimento da Vila de Pevidém, como das outras vilas do Concelho, manifestando total disponibilidade do CDS para, dentro daquilo que são as suas competências, ajudar no que for preciso. Por último, disse que o corte de trânsito no Centro Histórico é um assunto delicado que, no mínimo, merece ser levado a discussão pública, ou, então, o planeamento que o CDS tanto reclama à Câmara Municipal. Disse discordar da forma como está a ser trabalhada esta situação, tendo acrescentado que o fecho do trânsito no Centro Histórico, embora podendo ser competitivo para os comerciantes, carece de funcionalidades de estacionamento, de mobilidade no acesso ao Centro Histórico e de uma campanha promocional que ajude os empresários e que permita a reestruturação do comércio. -----

Rui Armindo da Costa Freitas, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, agradeceu a participação de todos os cidadãos, começando por lembrar que o PSD tem dito, repetidas vezes, que cabe ao poder municipal criar as condições para que a economia e a sociedade se desenvolvam da melhor forma possível, sendo as acessibilidades um eixo fundamental da política autárquica para a promoção de uma economia mais saudável. A respeito da intervenção de Maria da Glória da Silva Amorim disse que a Capital Verde é um desígnio de Guimarães que vai para além da cidade e que exige um esforço conjunto. Acrescentou que irá solicitar cópia dos documentos que entregou à Mesa da Assembleia para que o PSD possa acompanhar o processo, que tanto anseia ver resolvido. Prosseguiu, anunciando que ainda no decorrer desta sessão será feita uma intervenção pelo PSD, que abordará as ARUs e respetivas ORUs, temas que tem debatido sistematicamente por

entender que é a forma de consubstanciar muitas oportunidades de desenvolvimento nas Vilas do Concelho e que permitirá desenvolver, de forma mais capaz, todas estas centralidades, incluindo Pevidém. Sobre a falta de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida no Centro de Saúde de Pevidém, que não lhe parecia ser uma situação propositada, disse acreditar que será resolvida com toda a certeza. Por fim, a respeito do corte de trânsito no Centro Histórico, disse ter-lhe parecido que o problema não tem a ver com o trânsito ou a falta dele, até porque uns são a favor e outros contra, mas com o experimentalismo nas suas vidas, ou seja, aquilo que não é aceitável é fazer-se experimentalismo sem os ouvir. -----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, em nome do Grupo Parlamentar do PS, após saudar todos os cidadãos intervenientes, lembrou que as reabilitações e requalificações de estradas nacionais envolvem a atuação das Infraestruturas de Portugal e que, por isso, as soluções nem sempre são tão imediatas como o Município de Guimarães gostaria. No que toca ao urbanismo, referiu estar em curso a revisão do Plano Diretor Municipal, dizendo esperar que traga novidades naquilo que toca à possibilidade de novas construções por todo o Concelho, incluindo a Vila de Pevidém. Depois, informou que a EB2,3 de Pevidém, para além de ser uma das 300 escolas que integram a lista do Governo de que necessitam de reabilitação com a maior brevidade possível, tinha já a garantia dada pelo próprio Executivo Municipal de que, após a conclusão da reabilitação da EB2,3 de S. Torcato, se seguirá a reabilitação da EB2,3 de Pevidém. Por último, lembrou que, ao contrário do facilitismo que ali foi apresentado nas recentes declarações, o Presidente da Câmara Municipal não apresentou uma solução imediata para o corte de trânsito no Centro Histórico. Finalizou, garantindo que serão ouvidas todas as entidades diretamente envolvidas, tendo em vista



implementar as melhores soluções que se traduzirão em melhorias significativas para o comércio tradicional. -----

O **Presidente da Mesa**, antes de dar por terminado o Período Destinado ao Público, saudou as intervenções do público, em número e em qualidade, e disse que as Sessões da Assembleia Municipal sempre foram, e continuarão a ser, um fórum em que os cidadãos podem participar para expor as suas preocupações, de forma livre. Ainda assim, e como todos sabem, as intervenções são, na sua esmagadora maioria, dirigidas à Câmara Municipal, que não pode, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, responder às questões que lhe são dirigidas. Deste modo, em nome da Mesa da Assembleia, apelou para que, no âmbito da revisão do Regimento, que ainda se encontra em curso, se reflita seriamente sobre esta questão. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO. -----

1 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - CONCURSO PÚBLICO N.º 6/22 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS. Informação dos Serviços do Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico, do seguinte teor: **Aquisição de Serviços - Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares - Concurso Público n.º 6/22 - Repartição de Encargos/Compromissos Plurianuais** - A repartição de encargos do presente procedimento enquadra-se na alínea a), n.º 1, artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho. A assunção prévia de compromissos plurianuais foi aprovada, por deliberação da Assembleia Municipal de 29/12/2021, nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), na sua redação atual. Assim, submete-se para conhecimento a prévia assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes termos: -----

Classificação Económica	Plano	Compromissos Plurianuais	
		Ano 2023	Ano 2024
020105	2.1.2.69	€1.758.396,60	€1.758.396,60
	2.1.2.73	€278.137,80	€278.137,80

Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor (13%)

Mais se propõe que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais, até um valor máximo de €4.073.068,80, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (13%). Proposta de cabimento n.º 3446/22, de 27/06/2022. A proposta foi levada ao conhecimento do Órgão Executivo em sua reunião de sete de julho de dois mil e vinte e dois, arquivando-se em pasta anexa ao livro de atas.-----

2 - ANÁLISE DO RELATÓRIO N.º 16/2022 - AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS AOS CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL NO ÂMBITO DO REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA EXCECIONAL (COVID-19).

Dando conhecimento, de cordo com a alínea o), do n.º 2, do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do relatório n.º 16/2022, remetido pelo Tribunal de Contas, aos contratos celebrados no âmbito do regime de contratação pública excecional (Covid-19). Do relatório foi tomado conhecimento pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia quinze de setembro de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

ASSEMBLEIA -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2022. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e dois,



tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: José Manuel Nogueira Teixeira Batos, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, Tiago Vieira Laranjeiro, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, José Pedro Ribeiro Salazar, Isabel Cristina Gonçalves Gomes de Sousa, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Inês Alves Rodrigues, Nuno Ricardo Teixeira de Carvalho, António Gonçalves Vilela, Paulo Manuel Ferreira da Silva, João Manuel Gonçalves Miranda, Luís António da Silva Costa Abreu e Manuel Fernando Alves Cardoso.-----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2022. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia trinta de junho de dois mil e vinte e dois, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, José de Castro Dias, Ana Margarida da Costa Teixeira, Tiago Vieira Laranjeiro, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Isabel Cristina Gonçalves Gomes de Sousa, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa

Faria, João Martins da Cunha, Nuno Ricardo Teixeira de Carvalho, Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira, António Brás Mendes Pereira, João Manuel Gonçalves Miranda, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Luís António da Silva Costa Abreu e Manuel Fernando Alves Cardoso.-----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

5 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta designada por “Alteração orçamental Modificativa”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia quinze de setembro de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

A Assembleia **DELIVEROU APROVAR**, por maioria, com **93 votos a favor** (23 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 14 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta de Freguesia do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 eleito da IL), **1 abstenção** (1 eleito do BE) e **1 voto contra** (1 eleito do CH).-----

CÂMARA -----

6 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. Submete-se à discussão da Assembleia Municipal o Relatório acerca da Atividade da Câmara Municipal de Guimarães, no período compreendido entre 1 de junho e 31 de agosto de 2022, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

Rui Armindo da Costa Freitas, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, começou por dizer que alta velocidade é coisa que Guimarães aparentemente não irá ter, nem tem há muito tempo, dando como exemplo, a Loja do Cidadão que foi anunciada em janeiro de 2016 para a rua de Santo António e que demorou sete longos anos até que se entrasse na fase final da negociação. Recordou que, em janeiro de 2022, lá foi anunciado que seria na



aludida rua de Santo António, num imóvel pertença de terceiros que o venderiam porque a Câmara Municipal o queria comprar. Recordou, que a seu tempo, o PSD preveniu que tal prática negocial não era avisada, pois fazer um anúncio público sobre uma propriedade alheia retiraria margem negocial ao Município. Recordou, também, que a escolha desta artéria foi sempre suportada por todos, tendo o Executivo assumido aquilo que é de senso comum, que Guimarães tem o seu comércio tradicional a definir e a principal artéria da cidade perde relevância há anos e que, por isso, uma loja âncora como afirmavam ser a Loja do Cidadão, seria ali, naturalmente, com a proximidade a sete parques de estacionamento, o motor da solução. Todavia, disse ver confirmado que, infelizmente, o PSD tinha razão, porque a técnica negocial havia falhado, não tendo os proprietários chegado a acordo. Ora, volvidos todos estes anos e com esta solução falhada, lembrou a solução definitiva apresentada pelo Presidente da Câmara, desta vez, um prédio localizado em frente ao edifício da Câmara Municipal, sua propriedade e que será reabilitado para esse efeito. Terminou, perguntando por que motivo Guimarães teve de esperar tanto tempo, se desde sempre se poderia ter avançado para a instalação da Loja do Cidadão neste prédio. ----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, do Grupo Parlamentar Municipal da IL, disse querer intervir sobre aqueles pontos que representam as prioridades certas no sentido de melhorar, em concreto, a vida dos vimaranenses e a vida democrática da cidade. Assim, exortou o Executivo Municipal a aprofundar e a multiplicar todas as iniciativas que promovam a abertura à participação da sociedade civil nas políticas públicas, tais como, sessões públicas de discussão, mecanismos de audição às populações e de aproximação dos munícipes às tomadas de decisão, dando como exemplo, as sessões que decorreram no edifício do Teatro Jordão sobre estratégias de

Cultura, Transportes e Planeamento, e que tiveram uma boa participação. Considerou, também, importante criar e promover mecanismos de auscultação direta dos vimaranenses, numa perspetiva de diversificar as vozes e ouvir para além das habituais elites e círculo de influências, particularmente, nas áreas de Cultura, políticas ambientais e tecido económico e empresarial. Com o mesmo sentido construtivo, disse ter observado, por outro lado, que o relatório da atividade da Câmara Municipal acaba por evidenciar várias lacunas da governação do Município, nomeadamente, o facto de não fazer referência a qualquer atividade ou iniciativa para a promoção do comércio local. Salientou a necessidade de o Município ter mais sensibilidade para as áreas que afetam os vimaranenses, de forma direta, de criar novas ideias, de fazer parceria com lojas e estabelecimentos do Concelho e encontrar formas de promover a Marca Guimarães. Relativamente ao novo serviço de bicicletas e trotinetes partilhadas, referiu que Guimarães partiu para este projeto com a vantagem relativa de já não ser propriamente uma inovação, nem qualquer espécie de projeto pioneiro, dado ser uma solução implementada há muito tempo em várias cidades do nosso país, o que deveria ter ajudado a não cometer os mesmos erros que ocorreram nessas cidades, como os abusos na ocupação do espaço público, os problemas de segurança, o ruído visual e o prejuízo da acessibilidade e de inclusividade. Ainda sobre o tema, perguntou que medidas exigiu o Executivo Municipal ao operador do serviço de modo a evitar este tipo de problemas e se esta empresa foi devidamente esclarecida que ocupar o espaço público em Guimarães implica a responsabilidade de ajudar a preservar e respeitar um património milenar inestimável. Prosseguiu, reiterando a necessidade de se fazer mais e melhor pelo desenvolvimento económico do Concelho, pela sua diversificação e contrariar a perda de população, em especial a perda de população em



idade escolar. Por fim, disse ter 24 anos de idade, que gosta de morar em Guimarães, que se quer desenvolver em Guimarães e que quer cá ficar, necessitando, por isso, da ajuda de quem está a governar o Concelho. -----

Carlos Jorge Caneja Amorim, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta o texto que a seguir se transcreve: “No presente, a voragem e vertigem dos eventos noticiosos reduz-se a um dissecar tudo numa exígua janela temporal máxima de 24 horas e depois, ato contínuo, tudo remetido ao eterno descanso, isto é, ao esquecimento. Eis um exemplo: pode parecer há mais tempo e alguns, poucos, parecem ter esquecido, mas nem dois meses passaram do ataque criminoso, no limite do terrorista, ao centro histórico de Guimarães, em que um grupo organizado e extremamente violento, circulando em marcha militar, bem referenciado pelas autoridades policiais em toda a Europa e, pasme-se, fazendo-se deslocar em 5 autocarros alugados em Portugal, semeou o caos e o medo. A conduta desta horda de criminosos merece a nossa mais veemente repulsa e condenação. De facto, dúvidas ninguém tem que o pretérito dia 9 de agosto é uma chaga e um marco negativo na história recente da nossa terra: Estabelecimentos comerciais foram vandalizados, sendo arremessado mobiliário de esplanadas e deflagrados artefactos pirotécnicos, sendo as famílias vimaranenses, incluindo crianças e idosos, que se encontravam a desfrutar de uma agradável noite de verão, ameaçados na sua integridade física e temendo pela sua vida. Se o executivo, pela voz do Senhor Presidente da Câmara, no dia seguinte, esteve muito bem utilizando palavras fortes no comentário político público que fez, já na intervenção política, como protagonista político que é o executivo municipal, infelizmente, não podemos dizer o mesmo. Ninguém presente nesta sala desconhecia que a claque do Hadjuk Split, em todas as saídas internacionais,

recorreu sempre à violência gratuita e ao vandalismo urbano. Se todos sabiam, como foi possível o Comando Distrital de Braga não ter operacionalizado uma resposta pronta e como foi possível o nosso executivo só ter pedido o reforço policial no dia seguinte aos gravíssimos incidentes. Os reforços deviam estar no terreno no momento certo, como a boa prudência e a sábia prevenção o exigiam. Sim, é verdade, o Comando Distrital de Braga da PSP tem a responsabilidade operacional e devia ter agido e é o principal responsável pela quebra grosseira de segurança pública. Indiscutível, ponto final. Como disse Hugo Costeira, presidente do Observatório de Segurança Interna, não foi a primeira vez que o Comando Distrital da PSP de Braga falhou, devendo questionar-se as razões por que não foram acionados meios da GNR. Mas, estando o executivo na posse de todos estes dados, sobretudo, sobre a falta de operacionais, tinha a obrigação política de exigir esse reforço para evitar que sucedesse o que sucedeu. Os vimaranenses ficaram entregues a si próprios e sem defesa alguma. Imaginem se alguém menos ponderado num calor do momento responde a tão vil ataque: a tragédia seria total. Valeu-nos a inteligência dos vimaranenses que lá se encontravam. Várias chamadas de socorro foram efetuadas para a esquadra e ninguém atendeu. Honra seja feita aos Bombeiros Voluntários de Guimarães que cumpriram, mais uma vez, a sua missão e atenderam as chamadas de pessoas em pânico. Gerou perplexidade que na conferência de imprensa do Comando Distrital de Braga da PSP, desastrosa diga-se, fosse dito que previamente avisaram o executivo vimaranense para ordenar a retirada das esplanadas. Impõe-se perguntar: Tais afirmações são verdadeiras? É nosso entendimento que o executivo municipal, na semana que antecedeu o jogo em causa, devia ter convocado, na área da proteção civil afeta à segurança, planeamento e emergência, uma reunião extraordinária da Comissão Municipal da Proteção Civil para avaliar



o sistema de prontidão que assegurasse e acautelasse a segurança dos vimaranenses contra esta ameaça iminente, em que estaria, como esteve, em causa a integridade física e a própria vida das pessoas. Devia, inclusive, ter sido elaborado um Plano de Coordenação para o evento em causa, como o impunha as boas práticas: Estes eventos, pela sua dimensão, características lúdicas, socioculturais, público-alvo, entre outros fatores, são suscetíveis de desencadear uma grande mobilização de visitantes/espectadores que se concentram nas proximidades do local do evento, incluindo nas vésperas dos mesmos, acrescentando a probabilidade de ocorrência de situações anómalas e inusitadas. Face ao exposto, tornava-se necessário constituir um dispositivo de prevenção e resposta integrado, no âmbito da proteção e socorro, adequado ao risco acrescido e identificado, com elevado grau de prontidão. Desta forma, a elaboração do PC realçava-se como essencial para a obtenção de um bom planeamento e organização das operações de proteção e socorro, que pudessem surgir. Não o fazer teve custos elevados em termos de proteção e segurança. O senhor presidente avançou à TSF, que atento o ataque realizado solicitou ao senhor ministro da administração interna Dr. José Luís Carneiro um reforço policial nas forças distritais e da zona Norte e também das forças especiais de polícia, porque as forças locais têm muita dificuldade para situações destas, muito específicas. Estou certo que todos aceitarão como legítimo perguntar: esta realidade de défice de resposta operacional não era do conhecimento quer do presidente da maior câmara socialista do Norte como é Guimarães, quer do atual ministro da administração interna que foi o cabeça de lista do PS pelo Distrito de Braga? A resposta é óbvia. Continuamos, também, aliás, sem saber quais foram as instruções superiores dadas à Polícia Municipal, antes, durante e depois de tão tristes acontecimentos. Em resumo: o que nos

parece é que houve uma má avaliação de risco e um censurável erro de análise e de prudência, o que pôs em causa a segurança da comunidade vimaranense. Que os erros sejam reconhecidos e que nunca mais tais condutas criminosas possam ocorrer em Guimarães. Aliás, estranha-se que ainda não sejam públicas as conclusões dos inquéritos que se disse terem sido abertos. Por fim: o PSD tem sinalizado plurais vezes que nunca como agora se nota um desrespeito pelos superiores e legítimos interesses do nosso concelho por parte do poder central, sobretudo, pelo Governo. Esta tendência antidemocrática tem de ser revertida e para essa luta, que tem de ser travada, o Executivo vimaranense sabe que pode contar de forma incondicional com a ajuda do PSD. Juntos seremos mais fortes e assertivos. Mas, se o executivo continuar em negação e reiterar o elogio ao relacionamento com o Estado central e com o Governo, o PSD Guimarães não tem qualquer receio de travar esta luta sozinho ou na companhia de toda a demais oposição, se entenderem por bem juntar-se a nós. Que ninguém duvide: para o PSD a soberania e a dignidade política de Guimarães é solo sagrado, que nunca permitiremos seja pisado por um poder central abusivo e com pulsões absolutistas”. -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Parlamentar Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Após a leitura deste documento, ficamos com uma ideia que tudo correu bem em Guimarães, que há um leque enorme de possibilidades e ofertas, o que não corresponde à verdade! Também algumas outras coisas deveriam constar do documento, e, assim, serei repetitivo! Sobre o desporto já antes falado, a invasão Croata ao Centro Histórico parece um bom postal para o Turismo e a falta de explicações é, de facto, lamentável. Ao nível da Educação, a Escola Básica Agostinho da Silva, que continua fechada, o que leva ao entupimento da escola de Pinheiro, por mais um ano letivo, também



merecia uma nota de concluída neste relatório, a negrito, mas fica, como até agora, em projeto. Nos projetos, e depois de ouvir novamente as suas palavras em anteriores Assembleias, continuamos sem ver o Estudo de uma Unidade de Saúde Familiar na Zona da Montanha da Penha, quanto mais projeto. Na manutenção dos Parques Infantis do Município e das Escolas, mais à frente irei falar sobre isso, ficam dúvidas sobre um contrato com a VITRUS para os mesmos. E, por fim, acolhimento dos Refugiados Ucrânicos: Como está a decorrer este processo? Que feedback deram estas pessoas? Qual a maior dificuldade na sua adaptação? O que podemos, como representantes políticos e cidadãos, fazer para contribuir para melhorar a vida destas pessoas?” -----

Inês Alves Rodrigues, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Neste novo ano letivo os estudantes do Ensino Superior são confrontados com o velho problema da falta de alojamento público e a custos acessíveis, um problema que se mantém, e que se agrava, num momento em que as famílias se confrontam com um grave aumento do custo de vida. Em Guimarães, as vagas na residência pública da Universidade do Minho tornam-se cada vez menos para a crescente quantidade de estudantes que escolhem esta instituição, e esta cidade, para estudar. Num momento em que nos orgulhamos por esta instituição ter aumentado o número de vagas em alguns cursos, com uma muito elevada taxa de ocupação, coloca-se com muita intensidade e preocupação acrescida o problema do alojamento. Se a oferta pública é escassa e muito insuficiente, a especulação promovida pelos privados, agravando-se com a opção, segundo as notícias, de muitos senhorios direcionarem os quartos que anteriormente serviam estudantes, para o turismo, faz aumentar gravemente os preços, não sendo já raro ver

quartos para alugar em Guimarães a 300€, ao preço de uma casa. Assim, que papel assumirá a Câmara Municipal para garantir que nenhum estudante terá de desistir do Ensino Superior por não ser capaz de fazer face aos custos do alojamento em Guimarães? Que resposta damos aos estudantes que chegaram na semana passada e continuam sem ter onde se alojar? E, senhor Presidente, com as dificuldades que se fazem sentir nas economias familiares e que se adivinham mais grave para o futuro, está o executivo camarário disponível para aumentar a verba das bolsas de estudo ao ensino superior? Quantos alunos já se candidataram a esta bolsa? É possível prever que as candidaturas possam ser em maior número do que nos anos anteriores? E continuando no início do ano letivo e visto que estamos em Pavidém, gostaríamos de trazer também a questão das refeições escolares. Como sabem a CDU bate-se para que as cantinas sejam públicas, para que se possa melhorar a qualidade e a quantidade de comida e para que seja possível colocar em prática práticas ecológicas, produzir e consumir local, apoiando os produtores locais e o diminuindo a pegada ambiental no prato dos alunos de Guimarães. No entanto, nem sempre existe o empenho que se exige nestas mudanças e as queixas que a CDU tem recebido dos pais, dos encarregados de educação e da associação de estudantes é que se exige um maior rigor nas refeições oferecidas. E por último, não podemos deixar de questionar o executivo se tem já agendada a intervenção no pavilhão gimnodesportivo, no auditório e na biblioteca da Escola Básica 2,3 João de Meira que está prometida desde dois mil e dez. Vai continuar a varrer para debaixo do tapete e quem saí prejudicado são os alunos, aqueles aquém se fazem constantes juras de amor? Relativamente aos transportes públicos gostaríamos de saber se estão a ser feitos balanços frequentes, para não sermos apanhados de surpresa quando ao fim de um ano percebermos que o número de utentes não corresponde às expectativas. Será que o número



de utentes está a aumentar como seria de esperar? É já possível perceber que o comboio é um transporte muito utilizado pelos vimaranenses, os comboios andam cheios e cheio está também o parque de estacionamento que apesar de ter sido aumentado não responde às necessidades o que significa que aparentemente a intermodalidade não está a funcionar. Não deixa também ser digno de registo que no relatório da atividade da camara municipal de Guimarães não haja uma única referência à tão apregoada concessão de serviços de mobilidade partilhada de bicicletas e trotinetes. Se calhar é porque já se registaram alguns acidentes, alguns com gravidade, e a confusão que se instalou sobre a forma como e onde se podem usar, tenha impedido a câmara de evidenciar esta novidade disponibilizada aos vimaranenses e aos turistas durante o verão. Realmente percebemos a necessidade de não levantarem a bandeira, de a terem a meia haste, e antes que digam que a CDU quer e não quer mobilidade ativa, deixamos bem ciente que estas alterações, a disponibilização destes serviços é positiva, mas dever fazer-se acompanhar da sua monitorização e de uma rápida intervenção, em caso de serem detetadas dificuldades. Não é de hoje que as trotinetes dão problemas e teimamos em não aprender com os exemplos dos outros. E por falar em aprender, será importante que o processo da pedonalização do Centro Histórico não deixe ninguém de fora e esteja devidamente planeado, para se proteger o património e para que se apoiem os comerciantes, aqueles que fazem do centro histórico um centro vivo.” ----

José Inácio da Fonseca, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Foi através da música, de tertúlias, dos debates, das ações demonstrativas, de exposições, das atividades pedagógicas, do desporto e de outras atividades culturais que o Laboratório da Paisagem e o Município de Guimarães

conseguiram envolver e mobilizar a comunidade para o desenvolvimento sustentável do território de Guimarães. Foram três dias de grande participação e de atividade intensa. A GreenWeek foi um sucesso! A GreenWeek está consolidada como evento de sensibilização, formação e educação ambiental! Guimarães e os promotores deste evento estão de parabéns! E porquê? Porque quando se investe tanto no domínio Ambiental temos a aproximação das pessoas e o retorno na ação. O Concerto “Silent Party” que agora nos remete para a organização de eventos onde o impacto sonoro seja bem menor. As Conversas e os Debates que assistimos. O fórum da Juventude, onde tivemos oportunidade de ouvir aquilo que os jovens entendem dever ser o futuro das cidades. As oficinas, os mercados Eco e Biológicos e a apresentação de diversas publicações enaltecem o trabalho de Guimarães na área da sustentabilidade. Vários foram os Bons exemplos que encheram a programação. Também realçamos a entrega do Galardão às Brigadas Verdes, reconhecendo os seus trabalhos na preservação ambiental nas Freguesias e no envolvimento que promovem dos cidadãos. Ou então, o estudo da perceção ambiental de Guimarães, desenvolvido pela Universidade das Nações Unidas, pela Estrutura de Missão Guimarães 2030 e pelo Laboratório da Paisagem que será, certamente, uma ferramenta determinante para que percebamos o impacto positivo que as políticas ambientais têm tido no Concelho, mas também o que ainda falta fazer neste caminho. E é nesse caminho e com estes desafios, que trazemos aqui outro assunto: A mobilidade. A concessão de serviços de mobilidade suave, em bicicleta e em trotineta, a duas operadoras privadas trouxe novos desafios ao funcionamento do território, assim como aos seus habitantes. Uma aposta importante na promoção da mobilidade suave, na descarbonização, mas também para a coesão territorial porque alargou a iniciativa às freguesias do concelho. A bicicleta é um dos transportes que as cidades



européias mais desenvolvidas usam no seu dia-a-dia. Houve, por isso, arrojo da Câmara Municipal de Guimarães em dar a primeira pedalada, através da construção das ecovias urbanas, do seu alargamento e com esta nova concessão. Todos devemos contribuir para o compromisso assumido da neutralidade climática até 2030, e o desafio da mobilidade deverá ser encarado como um desafio à escala de cada um. Esta aposta vai obrigar a acertos, e acima de tudo, à educação cívica de alguns para que utilizem adequadamente as trotinetas. Veja-se o comportamento menos cívico de alguns automobilistas e no entanto o automóvel foi introduzido em Portugal há 127 anos. Este é um caminho que o concelho não pode ficar de fora. Tem obrigatoriamente de o percorrer, com o contributo de todos, para garantirmos a construção de um território ainda mais verde e com mais qualidade de vida. Ao fim de nove meses também conseguimos perceber que a nova concessão à Guimabus do Transporte Público Rodoviário de Passageiros no concelho de Guimarães tem proporcionado uma oferta mais alargada, mais acessível, mais inclusiva, mais amiga do Ambiente e com mais e melhores condições de usufruto. Esta concessão também contribui para o aumento da coesão social e territorial. Verificou-se a preocupação do concessionário em auscultar os responsáveis das Freguesias, numa lógica de melhoria contínua. Ainda numa lógica de reforço da coesão territorial, da mobilidade suave e do património natural, realçamos o trabalho que está a ser desenvolvido na criação das novas Ecovias nos rios do Concelho. A Ecovia do Ave teve início em Caldelas, através da qual se devolveu às pessoas a possibilidade usufruírem da margem do Rio Ave em toda a extensão da Freguesia. O projeto continua a dar os seus passos e como já se constatou nas últimas semanas, existiram intervenções noutras freguesias do Concelho, que estão a dar origem às novas Ecovias do Selho, do Ave e do

Vizela. Estas Ecovias estão a pedonalizar as margens do Rio, a garantir o reforço dos ecossistemas nas margens e a criar pontos de interesse ao longo dos percursos nas zonas ribeirinhas. Em suma: Devemos fazer a compostagem. Devemos efetuar a separação seletiva dos resíduos. Devemos beber água da rede pública. Devemos ir largando o carro. Devemos utilizar frequentemente os transportes públicos. Devemos andar de bicicleta. Devemos andar de trotineta. Devemos andar a pé. Devemos fazer caminhadas nas margens do Rio Ave e do Rio Selho. Devemos visitar regularmente os parques de lazer do Concelho. Devemos percorrer os 3 trilhos dos Percursos Recomendados do concelho, em S. Torcato, na Citânia de Briteiros e da Penha. Haverá sempre desculpas e dificuldades. Não podemos estar à espera das condições ideais, senão nunca iniciaremos o caminho nem tampouco o percorreremos. Continuemos. Há sonho e há coragem para o início!” -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “O documento apresentado e que está agora em discussão, na sua nota genérica, transmite aquilo que o executivo quer que se discuta e mostra-se como direi, polido e como o próprio nome indica muito genérico. Desse texto, retiramos duas ou três questões para colocar ao executivo. Logo no primeiro paragrafo fala de uma campanha de sensibilização aos cidadãos para o uso sustentável da água. Primeira pergunta: o uso sustentável da água é só para os cidadãos ou é também para o município? É que, durante o mês de julho, no Largo de Donães ocorreu uma fuga de água durante mais de uma semana, a Vimágua foi contactada várias vezes e a resposta foi invariavelmente – já sabemos, mas não podemos resolver porque não temos capacidade de resposta, por falta de pessoal. Mais de uma semana, Senhor Presidente! E, por favor, não diga que era período de



férias! Mais à frente, ainda no capítulo ambiente e na componente do tratamento dos resíduos com vista à reutilização e compostagem doméstica, em que os cidadãos são corresponsáveis pela gestão de resíduos e promoção da reciclagem, para aferirmos da eficácia que possa vir a ser alcançada, e porque a câmara já anunciou a atribuição de caixas de compostagem doméstica, pergunto Sr. Presidente, quantas pessoas já se candidataram e se foram correspondidos todos os pedidos? Na área do turismo, Guimarães promoveu o “Entre Linhas – Festa do Ferroviário” que visou a promoção do património material e imaterial ligado à ferrovia. Pergunta: que ações tem levado a cabo o executivo com vista à reposição do Alfa entre Guimarães e Lisboa retirado na pandemia, e que tanto impulso podia trazer ao turismo em Guimarães, pois que crescem os turistas que privilegiam esse meio de transporte, bem como para colmatar as dificuldades dos Vimaranenses quem em trabalho ou por outro motivo qualquer, usavam essa ligação e que se o quiserem fazer têm de se deslocar a Braga? Na demonstração mais detalhada, no departamento de obras municipais o que mais se lê é fase de concurso, a iniciar em execução, enfim, prolongamento de prazos bem como o prolongamento dos constrangimentos no dia-a-dia de todos. Por falar em constrangimentos é impossível não abordar o assunto da mobilidade suave. O Bloco é favorável à introdução dos meios de mobilidade suave, porque representam uma medida amiga do ambiente. Mas, tal como tínhamos referido quando foi discutida e votada a vinda das bicicletas e trotinetes elétricas, havia a preocupação da regulamentação do seu uso, dos pontos de recolha e de quem era responsável por fazer cumprir os eventuais regulamentos, etc. O que na verdade se tem verificado é a anarquia total, uso indevido – nomeadamente nos passeios, sem respeito pelas pessoas e a largada à

balda, onde dá mais jeito, a ocupar os passeios, tombadas, enfim, tudo aquilo que não era suposto acontecer. O que também se verifica é a continuidade deste comportamento que revela, à primeira vista que nada acontece, que não há como penalizar quem faz mau uso destes equipamentos. Portanto, Senhor Presidente são necessárias medidas para alterar esta situação que dá muito mau aspeto para quem cá vive e para quem nos visita, por isso pergunto, que medidas estão previstas para alterar esta situação? E não me venham dizer que em todos os países por essa europa fora isso acontece, porque não é normal, não é desejável e não queremos participar nesse tipo de rankings. Para terminar trago aqui a questão brevemente duas questões: Uma prende-se com a loja do cidadão, negócio dado quase como concluído nas primeiras abordagens que o executivo fez a este assunto. Parece-nos evidente que a localização de um serviço como é uma loja do cidadão no coração de Guimarães, traria mais atividade ao centro da cidade, dois milhões de euros, sempre são dois milhões de euros, mas segundo o Senhor Presidente, o negócio não se concretizou porque os proprietários não chegaram a acordo e essas novelas sabe-as o executivo, o que nos merece um apontamento negativo é esta pretensão que o executivo tem de dar tudo como certo e garantido e depois fica mal, deixando na verdade, mal os fregueses. Para terminar, dar nota positiva ao anúncio da decisão de retirar o trânsito do centro da cidade, até porque esta é uma proposta que tem vindo a ser apresentada nos programas eleitorais do Bloco e muitos nos apraz ver que finalmente o município reconheceu a assertividade dessa nossa proposta, no seguimento de devolver a cidade às pessoas e de dar um passo importante na meta da descarbonização e de proporcionar melhor qualidade de vida para quem mora em Guimarães. Além de que a realidade de outras cidades que já o fizeram, viram o comércio local revitalizar e crescer a par com o



contentamento da população.”-----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, agradeceu a hospitalidade dos Pevidenses e disse ter percebido que as sessões descentralizadas da Assembleia Municipal funcionam, e que são para continuar. Continuou dizendo que, após uma análise global, o relatório da atividade da Câmara Municipal demonstra que Guimarães prossegue no caminho de contínuo crescimento e desenvolvimento em várias frentes. Acrescentou estarem bem patentes aquelas que foram as principais marcas que o Partido Socialista apresentou a eleições e que se centraram na Educação, na Cultura e na Ciência. Sobre a área da Cultura referiu os inúmeros eventos e espetáculos que marcaram a atividade do Concelho nos últimos meses, destacando o Sunset Praça, as Festas Gualterianas, o Guimarães Allegro, o L`Agosto, o Vai-m`à Banda, entre outros, que já sendo eventos da atividade cultural em Guimarães, viram o reforço na adesão de participação de pessoas e que, por isso, merecem destaque. Ainda sobre este tema, a propósito do que consta do *site* do Município de Guimarães, referiu que a afluência de visitantes aos postos de turismo de Guimarães está ao nível dos dados registados em 2017 e 2018, o que considerou relevantíssimo, por demonstrar, uma vez mais, a afirmação de Guimarães na atração turística da região, resultando num incremento dos setores da atividade, em particular, da hoteleira e restauração. No que toca ao Desporto, que disse ter o seu momento alto na Meia Maratona Cidade Berço, evento organizado pela Câmara Municipal em parceria com a Associação de Atletismo de Braga, o Vitória Sport Clube, a Cooperativa Tempo Livre e a Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães. Lembrou outro evento marcante, a celebração do Centenário do Vitória Sport Clube e a Gala do Desporto, realizada no passado dia 9 de julho, onde foram

atribuídas bolsas de formação desportiva a jovens atletas, fundamentais para que estes consigam prosseguir os seus objetivos. Ainda no Desporto, disse não poder deixar de assinalar, novamente, o projeto “A.Linho”, desta vez apresentado na Holanda, referindo ser um projeto já reconhecido em várias frentes e que, por isso, merece ser prosseguido pelo Município de Guimarães. No âmbito da Educação, destacou um conjunto de iniciativas que envolveu a comunidade escolar, sobretudo, da Escola Básica de Infantes, do Centro Escolar de Ronfe e da Escola Básica de Monte Largo. Destacou a representação do Município de Guimarães feita por José Pedro Mendes, de 21 anos de idade, na Conferência Anual da Rede EuroCities, que decorreu na Finlândia, o que demonstra o envolvimento dos jovens naquela que é a atividade política e cívica e de que o Executivo Municipal do Partido Socialista tem promovido a sua interação e a sua participação nas matérias que mais os preocupam. Concluiu, fazendo votos para que o nosso Concelho prossiga este caminho de contínuo crescimento e desenvolvimento.-----

João Paulo Serra Salazar, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Primeiramente dar nota da importância desta proximidade para com os nossos eleitores através da descentralização das Assembleias municipais. Reforçando aquilo que deve ser o verdadeiro papel das autarquias na proximidade da sua população e neste caso dos vimaranenses. Passando agora para o ponto em debate, o CDS analisou o relatório da atividade da Câmara e encontramos alguns pontos em falta e que achamos necessário colocar em cima desta discussão. Desde logo, a inexistência de atualizações sobre a Escola-Hotel que estava prevista iniciar a obra no final de 2021 e não há qualquer tipo de novidade sobre o início de atividade da mesma. Certamente deveria de ser um dos pontos de atividade da Câmara e uma preocupação do Município. Em 2017 foi aprovada a criação e em 2021



anunciado o início da obra, passando desde já 1 ano e meio desde o seu anúncio. Perguntamos: Qual a verdadeira previsão de início de atividade da Escola-Hotel, uma vez que a que estava planeada não aconteceu? Ainda na área da educação e sendo este um tema de conhecimento de todos, sobre a reclamação da cantina de EB1 JI Santa Luzia. Temos como dever garantir que as nossas escolas tenham a melhor qualidade de condições para todos os seus alunos. Não podemos aceitar que um encarregado de educação deixe o seu filho numa escola que confiou para a educação do seu filho e seja retribuída desta forma. Não só nos poderá prejudicar como afastar outros alunos que tenham este mesmo problema. Temos de escrutinar e corrigir este problema. Na área da cultura, temos duas atividades importantes para o município e que gostaríamos de as abordar. Em primeiro as Gualterianas, não obstante a sua adesão, mas não cumpriu as expectativas com um orçamento em dobro. Esperávamos certamente uma maior aposta, não só num reforço no cartaz cultural, como na dimensão do espaço envolvente. Em segundo lugar a Feira Afonsina e ao que temos verificado nestes últimos meses com a segurança na nossa cidade. Desde os relatos de agressões a algumas ruas a figurantes que participaram na feira Afonsina, que nos deixam seriamente desiludidos com a nossa segurança neste tipo de eventos a pessoas que participam com a mais elevada paixão pela cidade e pela sua envolvência. Não só acontece nestes eventos como fora deles e temos de garantir a segurança dos nossos vimeirense, o que não aconteceu neste evento. O CDS gostaria também de trazer um ponto essencial e que não está implícito em nenhum dos pontos de atividade da câmara, mas que desde já sugerimos que esteja no próximo relatório. Sabemos que a Associação Académica da Universidade do Minho estará com dificuldades nos próximos tempos em conseguir assegurar os transportes. Pela primeira vez em 10

anos irão subir os valores entre campus para a comunidade académica da UM. A taxa de esforço da Associação académica para garantir este tipo de serviço, sempre foi muito elevada e possivelmente o seu maior custo no orçamento anual. As várias atualizações ao preço de viagens desde o ano transato até ao ano civil já conta com uma subida de 60% cobrado por viagem à AAUM. Ora estando o município a perder os jovens e tendo de promover uma boa política para estes, o papel do município neste aspeto é fundamental. Muitos jovens terão dificuldades no acesso a alojamento e temos de garantir que somos um município com políticas de juventude, ajudando neste caso a combater o aumento dos preços de transporte. Por último, deixar a nota que um município deve estar sempre próximo dos seus cidadãos. Sabemos que os próximos tempos serão difíceis, mas queremos aguardar uma verdadeira resposta de apoio por parte do município para com os seus cidadãos. Os apoios do governo estão muito aquém do verdadeiro apoio que precisamos e apelamos a que o município, como órgão de maior proximidade, se imponha neste aspeto e reforce todos os apoios aos vimaranenses.” -----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse ter ficado surpreendido com Rui Armindo da Costa Freitas no que toca às questões relativas à Loja do Cidadão. Assim, esclareceu que se o Presidente da Câmara é obrigado a clareza e transparência e, por tal, anunciar em reunião do Executivo Municipal ou em sessão da Assembleia Municipal aquisições antes de qualquer avaliação por perito oficial avaliador de imóveis ou antes do programa funcional daquilo que quer adquirir, teria, de imediato, o Ministério Público a questionar o seu trabalho. Esclareceu, também, que, na altura, disse que a Câmara Municipal compraria o edifício situado Rua de Santo António, desde que houvesse acordo com os proprietários, não partindo para a expropriação, porque, legalmente, não o poderia fazer.



Relativamente às questões relacionadas com o comércio local, esclareceu que a Câmara Municipal tem, como obrigação nas suas políticas públicas, de criar contexto favorável ao comércio, o que está a ser feito, designadamente na pedonalização, que resulta do Plano de Mobilidade Urbano Sustentável, do Plano de Desenvolvimento Sustentável 2030, da candidatura a Capital Verde Europeia e da Missão Cidades para a Neutralidade Carbónica ou Climática, cabendo aos respetivos comerciantes inovar e ser competitivos. Ainda neste âmbito, referiu que a Câmara Municipal nunca recusou diálogo, adiantando que na próxima semana tem já agendadas reuniões com a Associação Vimaranesa de Hotelaria e com a Associação do Comércio Tradicional de Guimarães. Relativamente à intervenção de Carlos Jorge Caneja Amorim, referiu, apenas, que centralismo é uma “doença” de todos aqueles que assumem o Governo de Portugal, manifestando o seu desejo de que a regionalização possa ser uma realidade. Sobre a questão do acolhimento dos refugiados Ucranianos, abordada por André Filipe Mendes de Castro Almeida, informou que Guimarães tem um plano integrado de acolhimento, não só para os refugiados Ucranianos, como para quaisquer outros refugiados de guerra. Informou, a propósito, que os refugiados Ucranianos transmitem querer regressar à Ucrânia logo que a guerra termine. Relativamente às inúmeras questões levantadas por Inês Alves Rodrigues e Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, não tendo sido possível a sua anotação, sugeriu que, em futuras intervenções que possam ter um número elevado de questões concretas, antecipadamente lhe façam chegar, para, assim, poder responder, como lhe é devido. Todavia, disse ter registado a falta de alojamento para estudantes em Guimarães, que disse merecer preocupação, defendendo que este défice pode ser resolvido pelas bolsas de oferta pública, mas, também, e essencialmente, com a oferta

privada, adiantando ter já reunido com vários empresários no sentido de encontrar as melhores condições para complementar a falta deste tipo de alojamento, estando a Câmara Municipal disponível para conceder benefícios fiscais. Prosseguiu, elogiando o projeto “Green Week Guimarães”, que decorreu entre os dias 10 e 18 de outubro, e que contou com um conjunto de iniciativas de alerta e sensibilização da população para a defesa do ambiente e sustentabilidade ambiental. Prosseguiu, dizendo não fazer sentido que o Alfa Pendular não esteja a funcionar entre Guimarães e Lisboa, anunciando que, muito em breve, reunirá com o Presidente da CP – Comboios de Portugal onde, entre outros assuntos, será abordada esta ligação, que tanta falta faz a Guimarães. Relativamente à concessão de trotinetes e bicicletas, transporte individual descarbonizado, informou existir um Regulamento a cumprir, caso contrário a Câmara Municipal ver-se-á obrigada a denunciar a concessão e a empresa terminará o serviço. Por último, anunciou que a Escola de Hotelaria já tem projeto elaborado, sendo que, para que o concurso não ficasse deserto, a Câmara Municipal teve de prever a possibilidade, legalmente prevista, de aceitar propostas até 20% acima do preço base, o que obrigou à atribuição de um novo prazo ao concurso, causando o seu atraso. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados por João Paulo Ribeiro Salazar, Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, André Filipe Mendes de Castro Almeida, Carlos Jorge Caneja Amorim, Rui Armindo da Costa Freitas, Sónia Cristina Patrocínio Gonçalves Ribeiro e Inês Alves Rodrigues. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU**, por



maioria, **APROVAR** a ata em minuta, com **1 abstenção** (Ana Paula Cardoso Lemos Damião, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD). -----

Pelas uma hora e vinte minutos, do dia seguinte, o Presidente da Mesa deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que terá continuidade no dia 30 de setembro, pelas 21:00 horas. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. -